

NESTA EDIÇÃO:

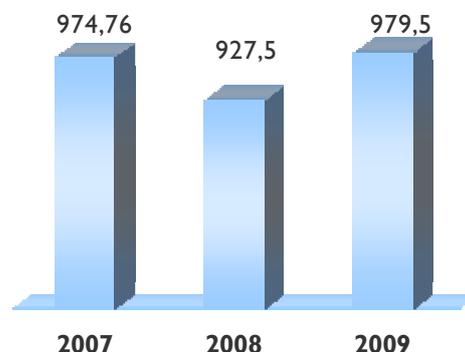
III Fórum Ibérico	2
Bebidas Refrigerantes: Composição e Disponibilidade	3
Depoimentos dos Presidentes da APIAM e da ANIRSF	5
Dossier Águas Naturais	7
Instituto Hidratação e Saúde	10
Assuntos Sócio-Laborais	12
Assuntos Técnico-Legais	13
III Congresso da Indústria Agro-Alimentar	14
Compromissos da Indústria Alimentar	15
Novos Corpos Sociais da CIP	17
FIPA: Plano de Atividades 2010-2012	17
Valores Ponto Verde 2010	18
Mercados	19
- Águas Engarrafadas	
- Bebidas Refrigerantes	
- Sumos de Frutos e Néctares	

Mercado das Águas Minerais Naturais e Águas de Nascente 2009



Segundo a Estatística APIAM, em 2009 as vendas de Águas Minerais Naturais e Águas de Nascente em Portugal tiveram uma evolução positiva em volume (milhões litros) de 5,6%. Este crescimento fica a dever-se, principalmente, ao dinamismo das Águas de Nascente com uma evolução de + 22,4%.

Assinala-se, ainda, uma evolução positiva de cerca de 0,3% no mercado das águas gasosas naturais. (pag^a 19)



Mercado das Bebidas Refrigerantes, Sumos de Frutos e Néctares 2009

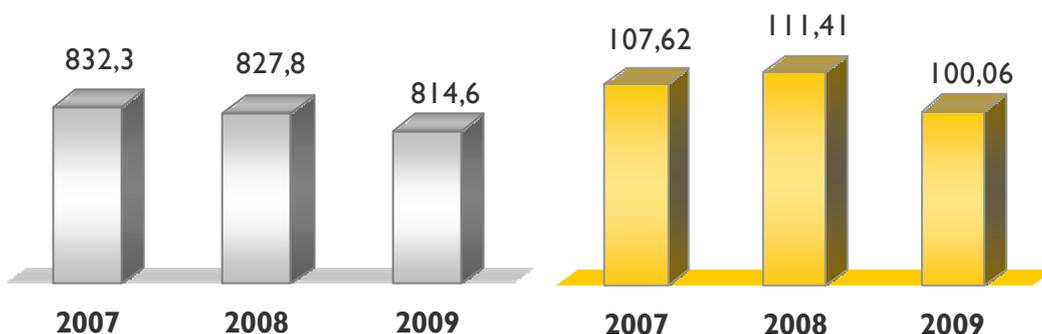


De acordo com a informação disponibilizada pela Canadean as vendas de bebidas refrigerantes tiveram uma evolução negativa de 1,6 % em 2009, enquanto as vendas de sumos de frutos e néctares registaram uma evolução também negativa de 10,2%.

(pag^a 20)

Bebidas Refrigerantes

Sumos de Frutos e Néctares



III Fórum Ibérico de Águas Engarrafadas e Termalismo

O III Fórum Ibérico de Águas Engarrafadas teve lugar nos passados dias 2 a 6 Novembro, nas Furnas, em São Miguel – Açores, tendo o dia 3 sido especialmente dedicado às Águas Minerais Naturais e de Nascente.

O Fórum reuniu um leque de especialistas de renome em ambas as matérias, tratando-se de um encontro ao mais alto nível académico e com enorme interdisciplinaridade, designadamente, nas áreas da Geologia, da Medicina, da Química, da Biologia e da Gestão, entre outras. Não obstante a iniciativa destinar-se à comunidade científica e académica, bem como, a empresários das águas engarrafadas, o encontro assumiu-se de



interesse mais geral, já que foram discutidos temas como a sustentabilidade do sector e as características distintas destas águas e as suas qualidades medicinais, permitindo a partilha e a discussão de ideias que trarão, com certeza, um forte contributo para a definição das linhas mestras do desenvolvimento das indústrias das águas naturais engarrafadas, do termalismo, a nível ibérico e a nível açoriano.

Segundo o Professor José Martins de Carvalho, um dos principais impulsionadores do encontro, este fórum irá “enriquecer a visão global da complexidade da água aplicada à saúde e bem-estar do Homem e à respectiva qualidade de vida, na perspectiva do consumidor”. Pelo seu lado, o Professor Mário Rui Machado Leite, Director do Laboratório do INETI, recordou que “os

recursos hidrominerais são recursos naturais de elevado valor actual para a manutenção da qualidade de vida da sociedade”.

Na sessão final, presidida pelo Senhor Secretário Regional do Turismo, foi assinada a “**Declaração dos Açores**”, um documento com “linhas gerais sobre a protecção das águas minerais e o seu papel na sociedade”.

As conclusões das Jornadas das Furnas e os trabalhos desenvolvidos na sua preparação serão publicados em livro.

Estão disponíveis na Extranet APIAM / ANIRSF, em “Seminários / Encontros Técnicos”, as apresentações consideradas mais relevantes para o sector.



DECLARAÇÃO DO III FÓRUM IBÉRICO DE ÁGUAS ENGARRAFADAS E TERMALISMO

VALE DAS FURNAS, S. MIGUEL, AÇORES

(resumo)

Os cientistas, técnicos e empresários dos sectores das águas engarrafadas e do termalismo valorizam positivamente o intercâmbio do conhecimento sobre recursos hidrominerais entre Espanha e Portugal, comprometendo-se a aproveitar as sinergias neste campo e a continuar com esta colaboração mútua. DECLARAM:

1. A água mineral natural é um recurso geológico, bebida única e singular que se diferencia, claramente da água da torneira pela origem subterrânea e protegida, pureza original, e composição constante e por chegar ao consumidor sem tratamentos químicos ou microbiológicos.
2. A água mineral natural mantém, portanto, inalteráveis a pureza, a riqueza mineral e as propriedades favoráveis à saúde que apresenta na natureza.
3. As empresas de águas engarrafadas e os balneários termais são sectores extremamente preocupados com o ambiente, desenvolvendo uma actividade económica sustentada.
4. As empresas protegem a natureza envolvente e asseguram o equilíbrio natural dos aquíferos, em qualidade e quantidade, favorecendo os ecossistemas e a biodiversidade.



→ Declaração dos Açores (ref. 01/28)



Bebidas Refrigerantes: Composição e Disponibilidade

“NÃO SOMOS PARTE DO PROBLEMA,
SOMOS PARTE DA SOLUÇÃO”

O sector da industria de bebidas não alcoólicas tem feito nos últimos anos um notável esforço de diversificação da oferta, de inovação e de desenvolvimento de novos produtos tendo em atenção os diferentes estilos de vida das pessoas e das famílias e as emergentes necessidades dos consumidores.



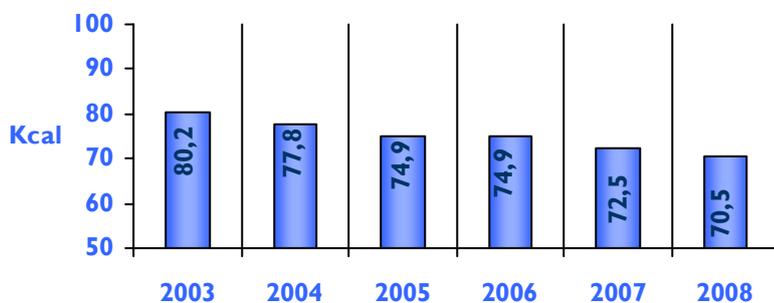
A redução global do aporte calórico per capita com origem nos refrigerantes, no mercado português, é uma realidade comprovada. Esta redução tem sido conseguida com recurso ao avanço tecnológico, que tem permitido a fabricação de produtos com o mesmo rigor qualitativo mas com menos calorias, assim como através da transferência de consumidores dos refrigerantes regulares para os sem ou de calorias reduzidas.

Esta transferência só tem sido possível porque os consumidores têm hoje à sua escolha um leque vastíssimo de produtos, que correspondem às necessidades e gostos de todos.

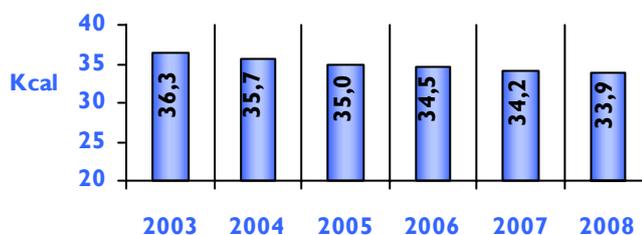
Os dados agora divulgados actualizam informação estatística referente a 2008.

Evolução do Aporte Calórico nos Refrigerantes

Aporte calórico per capita
(Kcal / dia)



Valor médio calórico
(Kcal / 100ml)



Fonte: ESTADÍSTICA CUATRO ANIRSF

Fonte: INSA (100 ml)
Colas 34 Kcal; Gasosa 28 Kcal; de Sumo 40 Kcal; Light 0 Kcal

Fonte: Amostra rotulagem (100 ml)
Chá 30 Kcal; Lima – Limão 42 Kcal; Águas aromatizadas 3 Kcal

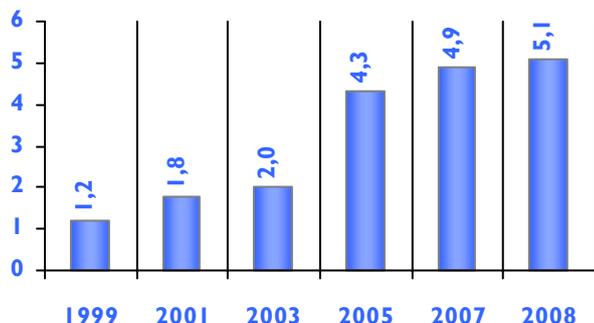
Evolução Consumo (per capita) Refrigerantes

Refrigerantes

Sem Calorias (2) e Calorias Reduzidas (1)

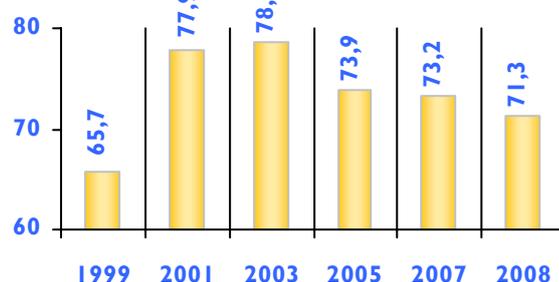


Litros / Ano



Refrigerantes regulares (3)

Litros / Ano



- 1 - Refrigerantes calorias reduzidas: até 16 Kcal/ 100 ml
- 2 - Refrigerantes sem calorias: 0 - 1 kcal / 100 ml
- 3 - Refrigerantes regulares: mais de 16 Kcal / 100ml

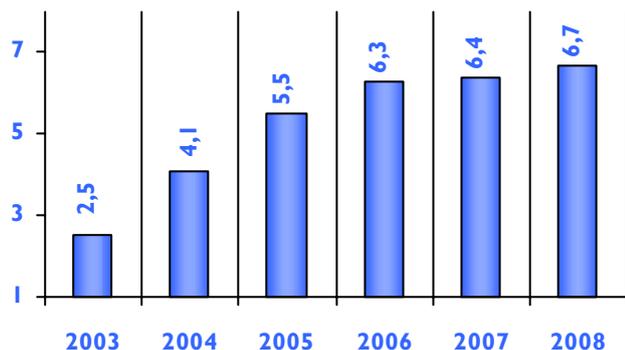
Fonte: ESTADÍSTICA CUATRO ANIRSF

Evolução Consumo (em volume) de Refrigerantes Não Calóricos *



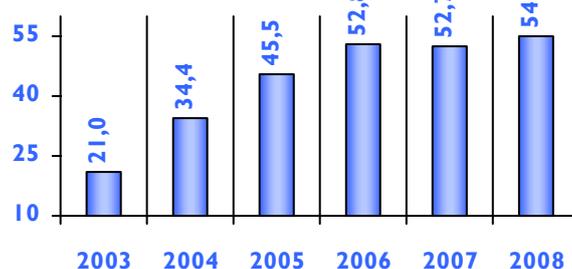
Em peso percentual

% do total



Em volume

Milhões de litros



Fonte: ESTADÍSTICA CUATRO ANIRSF

* Refrigerantes calorias reduzidas: até 16 Kcal/ 100 ml
Refrigerantes sem calorias: 0 - 1 kcal / 100 ml

O Sector das Águas Minerais Naturais e das Águas de Nascente

Evolução 2009 e Perspectivas 2010



Otto Teixeira da Cruz
Presidente APIAM

In "Anuário CIP 2010"

O ano de 2009 foi caracterizado pelo agravamento da crise que Portugal atravessa desde há anos e pela pior crise a nível mundial desde o fim da segunda grande guerra.

Mesmo dentro deste cenário, o sector das águas minerais naturais e de nascente registou em 2009 um crescimento em volume. O crescimento deve-se, no mercado interno, ao dinamismo das marcas da distribuição. As vendas no mercado externo ressentiram-se da crise mundial.

O crescimento de um mercado maduro passa pela inovação, estratégia fundamental que deve ser suportada pelas empresas e pelas marcas, de forma a manter o consumidor entusiasmado e

em responder a uma procura cada vez mais esclarecida e exigente. A necessidade de conquista e entrada em novas geografias é outro dos pilares de crescimento da indústria e é sem dúvida neste particular que mais se sente a falta de iniciativa e apoio do estado.

A conjuntura actual tem limitado ou mesmo impossibilitado a incorporação do aumento dos custos das matérias-primas. O sector continua mesmo assim a apostar e a registar crescimentos da produtividade, elemento fundamental no desenvolvimento e sobrevivência da própria indústria.

A rigidez da legislação laboral tem sido um entrave a um maior crescimento da produtividade bem como à renovação do quadro laboral.

O consumidor tem vindo a aderir de uma forma consistente ao consumo de produtos mais naturais e saudáveis encontrando nas águas minerais naturais e de nascente a resposta perfeita a essa procura.

O ano de 2010 vai ser certamente difícil do ponto de vista económico e com fortes repercussões ao nível social resultante do aumento da taxa de desemprego. Estes dois factores conjugados vão ter certamente um

impacto negativo no consumo. O consumidor tem vindo a alterar de uma forma significativa os seus hábitos de consumo, registando-se uma transferência para o consumo em casa em detrimento do consumo fora de casa.

A rápida implementação das medidas anunciadas pelo governo para fazer face a esta crise poderão em parte minimizar os efeitos de um abrandamento do consumo das famílias.

O apoio inequívoco das entidades ao desenvolvimento da presença em novas geografias será um dos factores de crescimento que poderá minimizar o esperado decréscimo do consumo em Portugal.

Os temas relacionados com o ambiente, que têm sido uma das grandes preocupações deste sector, como sócios fundadores da Sociedade Ponto Verde, não podem tornar-se a curto prazo num dos factores de perda de rentabilidade e mesmo de sustentabilidade. O desconhecimento quase total do funcionamento dos Sistemas Municipais (S.M.A.U.T) poderão a curto prazo inviabilizar um sistema que tanto tem contribuído para o atingir dos ambiciosos objectivos de recuperação e reciclagem.

Dados do sector

O volume de negócios do sector das águas minerais naturais e das águas de nascente é de, aproximadamente, 286 milhões de euros (2008), o que corresponde à transacção de mais de 1000 milhões de litros de água.

O sector corresponde a cerca de 3 por cento do conjunto da indústria portuguesa alimentar, assegurando mais de 10.000 postos de trabalho, entre os gerados directamente e os indirectamente gerados, a jusante e a montante da actividade (fornecedores, serviços, distribuidores).

Uma parcela importante deste emprego está ligada a regiões do interior do País, pois as unidades de engarrafamento têm de estar localizadas na proximidade das nascentes

O Sector dos Refrigerantes, Sumos de Frutos e Néctares

Competitividade e Sustentabilidade



Paulo Marques
Presidente ANIRSF

In "Anuário CIP 2010"

As indústrias de bebidas refrigerantes, de sumos de frutos e de néctares representam aproximadamente 682 milhões de euros (2008) em termos de volume de negócios, sendo responsáveis por mais de 48.000 postos de trabalho, por via directa e indirecta. É uma **actividade que responde a necessidades básicas das pessoas**, nomeadamente ao nível da hidratação, da nutrição e do prazer. Apesar de serem múltiplos e significativos os efeitos negativos na saúde resultantes de estados de hidratação desadequados, há ainda na população portuguesa segmentos com evidentes défices de aporte hídrico. Acresce que, em Portugal, cerca de 20% das pessoas não gosta de beber água – para estas pessoas, que têm um aporte hídrico inferior às restantes, é fundamental que o nosso sector seja dinâmico e competitivo. Mas também o é para todas as pessoas que encontram nas bebidas não alcoólicas a satisfação de necessidades nutricionais, nomeadamente por via do seu conteúdo em fruta e vegetais. E não esqueçamos os momentos de socialização e prazer a que as nossas bebidas estão claramente associadas - são benefícios sociais gerados pelo sector, reforçados pelo patrocínio de eventos desportivos e culturais, em que as principais marcas são muito activas.

Consideramos que a competitividade do sector está muito dependente da

harmonização fiscal com a vizinha Espanha. Qualquer introdução de distorções da concorrência implicará, quer por via de deslocalização de consumo, quer por via de importações paralelas ilícitas, uma inevitável redução da produção e vendas em Portugal. A extensão das consequências é difícil de estimar, uma vez que é muito provável um efeito de “bola de neve” ruinoso para a indústria portuguesa do sector. De facto, a redução da actividade industrial e comercial em Portugal resultará na redução da escala da actividade dos operadores instalados, a qual implicará o aumento dos custos unitários (que, nesta indústria, são muito sensíveis à escala). Este aumento determinará, devido ao facto das margens já estarem esmagadas, uma inevitável subida dos preços, tornando a indústria portuguesa ainda menos competitiva com a espanhola, deslocando assim ainda mais compras para Espanha.

No âmbito da competitividade, é também muito importante que haja uma evolução significativa nas bases do **relacionamento das empresas do sector com as grandes cadeias de distribuição.** É necessário garantir o efectivo funcionamento de mecanismos de regulação e supervisão que visem prevenir situações de abuso de dependência económica face à distribuição. Por outro lado, há que eliminar todas as suspeitas sobre eventuais distorções de concorrência entre as marcas

próprias da distribuição e as marcas de fabricante.

Para a sustentabilidade do sector é ainda essencial a preservação do princípio da **liberdade de escolha por parte do consumidor.** Rejeitamos uma eventual visão tutelar e paternalista do legislador, que atrofia o sentido de responsabilidade das pessoas e condiciona a sua liberdade. Acreditamos que as pessoas sabem o que é melhor para si próprias. Entre 2003 e 2008 o contributo calórico per capita proveniente dos refrigerantes diminuiu 12% em Portugal, observando-se uma crescente transferência das opções dos consumidores para bebidas de baixas calorias. Os nossos compromissos são de manter o esforço que vimos desenvolvendo de oferta de bebidas de baixas calorias e de investimento na sua comunicação de marketing, assim como de nas embalagens das nossas bebidas continuarmos a prestar uma informação nutricional fácil de compreender.

A alteração de percepções erradas sobre o sector é um enorme desafio para a ANIRSF, em particular o esclarecimento de que os refrigerantes, que representam apenas 3% das calorias consumidas pelos portugueses, estão longe de ser um factor determinante da epidemia da obesidade em Portugal.



DOSSIER ÁGUAS NATURAIS

NATUREZA, HIDRATAÇÃO E CONFIANÇA

NATUREZA

As águas minerais naturais e as águas de nascente são produtos caracterizados pela sua pureza original. Com origem subterrânea que as protege de agressões externas, são produtos microbiologicamente seguros que não sofrem qualquer contaminação humana ou tratamento químico. Distinguem-se claramente das águas de distribuição pública ou águas de torneira geralmente captadas nos rios ou nas albufeiras das barragens e sujeitas a processos de tratamento químico que lhes devolvem características de potabilidade.



Do ponto de vista do consumidor uma das mais salientes diferenças entre estes tipos de águas é que as águas de distribuição pública evidenciam a presença de resíduos de desinfecção (sabor, odor, cor, etc), ao contrário do que ocorre com as águas minerais naturais e com as águas de nascente caracterizadas pela preservação das suas características naturais e pela sua origem identificada e protegida. A preservação de tais características e a disponibilização destes bens à população, só é possível mediante o seu engarrafamento na origem, usando embalagens que assegurem integralmente um bem com as particularidades das águas minerais naturais e das águas de nascente.

HIDRATAÇÃO E SAÚDE

A hidratação é essencial ao correcto funcionamento do nosso corpo. Os especialistas recomendam que se beba diariamente entre 1,5 e 3 litros de água, dependendo de circunstâncias variáveis, como as condições climáticas, a idade e o sexo.

A hidratação com água mineral natural ou com água de nascente é uma hidratação especialmente qualificada, saudável e naturalmente adaptada ao organismo humano.

Representa a opção por um produto natural, oferecido pela natureza, sem adição de químicos, que fornece, em complemento, sais minerais e oligoelementos imprescindíveis ao organismo. O cálcio, a sílica, o flúor e o magnésio, em doses adequadas, são um excelente complemento natural à nossa dieta diária.

CONFIANÇA E CONVENIÊNCIA

Historicamente, está enraizada na tradição portuguesa e europeia uma especial atenção à água, enquanto recurso natural. Portugal é um país especialmente rico quanto à variedade e diversidade das águas minerais naturais e das águas de nascente, o que aliás tem sido internacionalmente reconhecido. Com efeito, Portugal é o terceiro país europeu, a seguir à França e a Itália, em exportação de águas minerais naturais e águas de nascente, tendo em consideração o

volume da produção nacional, o que atesta a qualidade excepcional das águas portuguesas e as coloca entre as melhores e mais cotadas águas europeias.

As águas minerais naturais e as águas de nascente são bens extremamente seguros, desde logo porque o seu engarrafamento é obrigatoriamente assegurado no local da nascente, mas igualmente porque, em resultado da aplicação de uma legislação europeia e nacional rigorosa que incide sobre todo o processo, desde a captação até ao consumidor final, o sector tem um dos mais exigentes e apertados índices de regulamentação e fiscalização por parte das diferentes autoridades oficiais que o tutelam.

De referir, também, que a embalagem é hoje em dia um bem inestimável. Assegura a integridade e pureza do produto primitivo e a preservação das suas características originais e únicas; garante ao consumidor a informação adequada de cada água; e oferece ainda a funcionalidade e sentido prático e conveniência, que o estilo de vida e mobilidade actualmente exigem.



DOSSIER ÁGUAS NATURAIS

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

IMPACTO AMBIENTAL DA INDÚSTRIA

O sector das Águas Minerais Naturais e de Nascente tem como principal valor oferecer às populações a possibilidade de beber águas puras e naturais, tal como nos chegam da natureza. Para que tal seja possível, é necessário que esse “pedaço de natureza” seja embalado e transportado. A embalagem garante a pureza e conservação deste bem. Quando uma embalagem de Água Mineral Natural ou de Água de Nascente é aberta podemos beber e desfrutar de uma água exactamente como ela se encontra na natureza, com a origem devidamente identificada no rótulo. Por outro lado, mais de 90% das Águas Minerais Naturais e de Nascente consumidas em Portugal têm origem nacional, pelo que o seu transporte tem impacto reduzido. Continuaremos a fazer tudo o que é possível fazer para minimizar o impacto ambiental deste sector, até porque a nossa actividade depende de um ambiente saudável e completamente protegido.



MEDIDAS DA INDÚSTRIA

A indústria das Águas Minerais Naturais e de Nascente está por natureza associada às preocupações ambientais. Desde logo porque é uma actividade que depende da protecção ambiental, essencial para garantir a renovação natural em quantidade e qualidade do recurso objecto da nossa actividade.

É com grande satisfação que a APIAM vê aumentar o interesse em

torno das questões ambientais, sinal de que a protecção do meio ambiente está mais do que nunca no centro das preocupações da sociedade.

No processo de consciencialização da sociedade portuguesa, teremos de louvar o esforço que, ao longo dos últimos 12 anos, a Sociedade Ponto Verde tem desenvolvido com o inequívoco apoio da indústria deste sector. Estivemos na fundação desta inédita iniciativa da sociedade civil e continuaremos a assegurar relevante contribuição e o seu financiamento sustentado.

SUSTENTABILIDADE DOS AQUÍFEROS

A legislação defende, e bem, que as captações estejam devidamente protegidas de toda e qualquer contaminação exterior.

Neste sentido, tendo ainda em conta que a actividade do sector está centrada em fazer chegar às populações um alimento tão puro e natural como são as águas minerais naturais e as águas de nascente, a indústria realiza um esforço para a preservação e equilíbrio natural dos seus aquíferos, protegendo-os de toda e qualquer possível contaminação.

O desenvolvimento sustentável das empresas que se dedicam à extracção e comercialização de uma água mineral natural ou água de nascente passa por uma adequada gestão do aquífero subterrâneo, o que implica a utilização racional do recurso, de modo a que, ao longo do tempo, a água em perma-

nência no subsolo mantenha sempre o mesmo volume e composição.

Para levar a cabo esta gestão correcta, que em si mesma implica uma adequada protecção da natureza, as empresas do sector asseguram o equilíbrio natural do aquífero.

É por esta razão que cada uma das empresas de água mineral natural e de água de nascente dispõe, respectivamente, de um “perímetro de protecção” e de um “caudal de exploração”. Estes são concedidos pelas autoridades administrativas da tutela, no momento em que é dada autorização para o aproveitamento da água e são anualmente fiscalizados, depois de terem sido previamente aprovados.

Com os perímetros de protecção, a indústria de águas minerais naturais e de águas de nascente responsabiliza-se, também, pela protecção dos espaços naturais que rodeiam os aquíferos, assegurando a respectiva conservação e evitando qualquer eventual contaminação accidental.

Ao comprometer-se com a preservação do ambiente envolvente dos aquíferos, a indústria do sector pôs em execução planos de conservação de árvores, de limpeza dos rios e de cuidados com a flora e com a fauna. Foram também levados a cabo planos de reflorestação que permitem proteger os aquíferos de qualquer contaminação com origem na agricultura ou na exploração animal.



DOSSIER ÁGUAS NATURAIS



SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

EMBALAGENS

Para além das questões ambientais, nas quais trabalhamos arduamente, não podemos esquecer que a embalagem é hoje em dia um bem inestimável. Assegura a integridade e pureza do produto primitivo e a preservação das suas características originais e únicas; garante ao consumidor a informação adequada de cada água; e oferece ainda a funcionalidade e sentido prático, que o estilo de vida e mobilidade actual requerem.

De facto, quando embalamos uma água mineral natural ou uma água de nascente estamos a acondicionar um pedaço de natureza. A embalagem permite preservar a qualidade do produto até ao consumidor final, assegurando que a água mantém as propriedades originais e garantindo a segurança alimentar.

A indústria do sector esteve, desde cedo, consciente da importância que o reencaminhamento de embalagens viria a assumir na própria sustentabilidade.



No que se refere ao impacto ambiental das embalagens, é relevante assinalar que a produção de resíduos de embalagens provenientes da água, não representa mais de 0,03 % da produção total de resíduos em Portugal, nem mais de

0,8 % do valor total dos resíduos domésticos. Acresce que a embalagem de água tanto em vidro como em plástico pode sempre ser separada, recolhida e reciclada. E, de todas as embalagens, as de água são actualmente uma das mais recicladas.

No mesmo sentido, vale a pena evidenciar dois exemplos: (I) há cerca de vinte anos, apenas as embalagens em vidro ofereciam perspectivas de reciclagem adequadas à sua sustentabilidade ambiental. Actualmente, com o desenvolvimento de um novo polímero de plástico - o PET (Politereftalato de Etileno) - a indústria do sector dispõe de um material plástico 100% reciclável; (II) há duas décadas, uma garrafa de plástico de 1,5 litros pesava 50g, hoje, não pesa mais de 30g, tendo ocorrido significativa redução do peso da embalagem na origem, o que se traduz em relevantes vantagens ambientais, designadamente em termos da sua produção e transporte.

PESO PARA A INDÚSTRIA

Num sector como o das Águas Minerais Naturais e de Nascente, onde a protecção ambiental está no centro da sustentabilidade da sua actividade, não faz sentido diferenciar o peso económico da protecção dos aquíferos, do financiamento de entidades promotoras da reciclagem ou na contribuição ao nível da investigação de melhores soluções tecnológicas, do restante funcionamento do sector. A actuação deste sector a nível ambiental não é algo secundário, mas está no centro da nossa actividade.

AMBIENTE: UMA MAIS VALIA

Para o sector das Águas Minerais Naturais e de Nascente, o ambiente não é somente uma mais-valia, é o próprio centro da nossa actividade, é o bem que disponibilizamos a todos aqueles que preferem consumir águas puras naturais. As Águas Minerais Naturais e de Nascente são parte constituinte da natureza, não sofrem qualquer alteração entre a sua captação e o acto de bebê-la, sendo este um valor incomparável destas águas.

A actividade deste sector consiste em tornar acessível um bem totalmente natural, o qual é por excelência a forma mais saudável de assegurar a hidratação indispensável ao organismo. As águas que constituem este sector distinguem-se, entre outras características, pela presença de sais minerais e outros oligoelementos. Ora esses componentes são em si mesmos indispensáveis à constituição e ao bom funcionamento do nosso corpo, onde actuam por interacção.

Para que seja possível que este bem continue puro e ao alcance de todos é necessário que o ambiente seja integralmente protegido. O facto das águas minerais naturais e de nascente terem proveniência directa na natureza, ambientalmente protegida, é condição para a sua própria sustentabilidade, valor que especificamente as distingue dos demais produtos.



Desidratação e Alterações Cognitivas

Uma desidratação continuada tem efeitos nocivos no organismo a médio e longo prazo, nomeadamente ao nível das funções cognitivas.

implicações mais graves. São casos disso, certas profissões, em particular, aquelas cujo trabalho é feito ao ar livre, principalmente se as temperaturas são elevadas, mas que exigem grande actividade física ou nas profissões em que é necessária a utilização de equipamentos específicos (bombeiros, etc).

Variados estudos relacionam diferentes níveis de desidratação com alterações nas capacidades cognitivas: tanto no plano da coordenação motora, como nos tempos de reacção, na discriminação perceptiva (por exemplo nos reflexos na condução de veículos) ou nos déficits de memória. Em certas circunstâncias mais específicas as alterações cognitivas relacionadas com a desidratação podem ter

Também os idosos, que por serem mais vulneráveis à desidratação, quer por aspectos relacionados com doenças, quer por redução da autonomia motora, podem vir a sofrer alterações de memória e de vigilância. Ou nos desportistas, onde o esforço associado à desidratação induz um aumento do



número de erros em tarefas que justificam maior concentração. Mas também nas crianças e nos jovens, quando existem situações de maior e continuado esforço intelectual, por exemplo na época de exames.

Resumindo, e apesar de ser sempre necessário continuar a investigar a relação entre a desidratação e as funções cognitivas, os dados científicos já disponíveis apontam para uma clara ligação entre as duas. A confirmação desse facto torna clara a necessidade de sensibilizar a população para uma maior e mais diversificada hidratação.

➔ Artigo “Desidratação e Alterações Cognitivas” - Prof. Doutor Victor Cláudio (ref. 02/28)

Hidratação em Tempos de Gripe

O IHS aconselha que sejam tomados cuidados especiais com a hidratação neste período de maior fragilidade face aos vírus da gripe. Em linha com as recomendações de outras entidades de saúde, nacionais e estrangeiras, o IHS considera ser fundamental não descuidar o cuidado com a hidratação, tanto na prevenção da gripe como na sua convalescença. Por um lado, beber líquidos em abundância ao longo do dia, é um dos cuidados essenciais para manter o organismo mais preparado e protegido contra a doença. Um corpo bem hidratado e adequadamente nutrido, tem maiores defesas contra ameaças exteriores.

Por outro lado, no caso de se con-

trair o vírus da gripe, a atenção com a hidratação deve ser ainda maior. Febre, diarreia e vómitos aumentam as necessidades hídricas, daí ser indispensável aumentar os níveis de ingestão de líquidos nessas circunstâncias. Uma das principais conclusões do Estudo de Caracterização do Perfil de Hidratação dos Portugueses apresentado pelo IHS no final de Maio, é que existem alguns segmentos da população portuguesa com aporte hídrico inferior ao recomendado. Tendo em conta ser este um período de maior vulnerabilidade, tanto face ao vírus H1N1 como ao da gripe sazonal, a sensibilização para que a população se hidrate adequa-

damente é ainda mais pertinente.

Todos os alimentos contêm água, mas ingerimos a maior parte desta de forma líquida (cerca de 75% da água é ingerida através de bebidas), pelo que se deve insistir na diversidade de opções à disposição. A água é a fonte de hidratação de eleição, há no entanto mais bebidas que poderão ser boas alternativas, havendo lugar à variedade nos hábitos de hidratação.





Hidratação no Inverno ... Tenha os líquidos sempre por perto

Patrícia Padrão
Membro do Comité Científico do
Instituto Hidratação e Saúde

Não são apenas os idosos e as crianças que devem preocupar-se com a hidratação no Inverno. Um estudo do Instituto da Hidratação e Saúde revela que nos meses frios, a ingestão de bebidas, por parte da maioria dos grupos etários da população portuguesa, é inferior aos valores recomendados pelo norte-americano Institute of Medicine.

Ter um aporte hídrico correcto, ou seja, ingerir no mínimo dois litros de água por dia, seja através do consumo de água ou de outras bebidas ou alimentos, é sinónimo cuidar da saúde.

Sabia que algumas sensações de cansaço ligeiro, dores de cabeça, dificuldade de concentração e mal-estar geral podem estar associados ao facto de não estar a ingerir a quantidade de água que devia?

Um aporte correcto de líquidos permite:

- Actuar como transporte de nutrientes para as células;
- Ajudar à eliminação de toxinas no organismo;
- Regular a temperatura corporal;
- Facilitar o processo digestivo;
- Contribuir para o fortalecimento de anticorpos, de modo a aumentar as nossas defesas contra as infecções.



Com os dias frios à porta, as pessoas tendem a diminuir o consumo de líquidos. O Instituto de Hidratação e Saúde (IHS) constatou no primeiro estudo sobre padrões de consumo de bebidas, numa amostra representativa da população portuguesa, que o aporte hídrico é mais baixo do que o recomendado pelo Institute of Medicine dos Estados Unidos. Algo que se verifica em todos os grupos etários, exceptuando nas mulheres entre os 14 e os 18 anos.

A European Food Safety Authority tem neste momento em discussão pública, uma proposta para definir valores de referência para a ingestão de água na Europa, que embora sejam inferiores aos propostos para a população americana, são superiores aos ingeridos por alguns segmentos da população portuguesa.

Sabe-se que um aporte hídrico adequado envolve em média a ingestão de cerca de dois litros de água por dia, seja através do consumo de água ou de outras bebidas ou alimentos.

Em Portugal, de acordo com o estudo que envolveu 2.049 indivíduos entre os 14 e os 70 anos, 43% do aporte hídrico proveniente de bebidas, advém do consumo de água. Além disso, verificou-se que a restante ingestão de líquidos é distribuída por leite e iogurtes (22%), café e chá (11%), bebidas alcoólicas (10%), refrigerantes (7%) e sumos naturais ou embalados de fruta (7%).

A sede é um sinal de que o organismo necessita de repor água rapidamente. Por isso, os profissionais de saúde recomendam que não se espere por este sintoma para ingerir líquidos. Mesmo sem vontade, é essencial beber líquidos regularmente para repor aqueles que são perdidos seja através da transpiração, urina, fezes, respiração, etc.

Hidratação é saúde

É do senso comum que a pele sofre com os danos causados pela falta de uma hidratação adequada. Mas o que poucos sabem é que basta uma desidratação ligeira pode desencadear também cansaço, dores de cabeça, dificuldade de concentração e mal-estar geral. Isto sem contar com os efeitos a nível cardíaco, renal, respiratório e digestivo, caso a situação de desidratação se agrave e for contínua.



Lembre-se que no Inverno passamos muito tempo em ambientes fechados, aquecidos, o que pode contribuir para uma maior necessidade de água. Assim, os cuidados com a hidratação típicos do Verão não devem ser descurados no resto do ano.

Assuntos Sócio-Laborais

Código Contributivo: Adiada entrada em vigor

Foi publicada, no passado dia 30 de Dezembro, a Lei n.º 119/2009, que altera o art.º 6, da **Lei n.º 110/2009**, de 16 de Setembro, adiando a entrada em vigor do novo Código Contributivo por um ano, ou seja, a 1 de Janeiro de 2011.



→ (ref. 03/28)

Subsídio de doença: Eliminação do período de espera

Desde o dia 1 de Novembro que, nas situações de incapacidade temporária para o trabalho decorrentes de **cirurgia de ambulatório** realizada em estabelecimentos hospitalares públicos ou privados com autorização legal de funcionamento, não é aplicado o período de espera de 3 dias para a Segurança Social iniciar o pagamento do subsídio de doença.

Esta alteração, introduzida pelo **Decreto-Lei n.º 302/2009**, de 22 de Outubro, vem conferir aos beneficiários do regime geral de segurança social que venham a sofrer intervenções cirúrgicas em regime de ambulatório, o mesmo regime de protecção social que é garantido aos beneficiários que efectuem cirurgias em regime de internamento, em que o período de espera não se aplica.

O diploma agora publicado aproveita para adequar o regime do período de espera nas situações de doença durante o período de atribuição do subsídio de maternidade ao regime jurídico de protecção na parentalidade no âmbito da eventualidade maternidade, paternidade e adopção do sistema previdencial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de Abril.

→ (ref. 04/28)

Salário Mínimo Sobe para 475 euros em 2010

Foi publicado no dia 15 de Janeiro o **Decreto-Lei n.º 5/2010**, que fixa em 475 € o valor do Salário Mínimo Nacional para 2010. Esta actualização corresponde a um acréscimo de 5,6 % face ao ano de 2009 (450€) e dá cumprimento ao acordo tripartido celebrado em Dezembro de 2006 entre o Governo e os parceiros sociais com assento na Comissão Permanente de Concertação Social.

→ (ref. 05/28)

Controlo de "baixas" por doença

Foi publicado no passado dia 14 de Setembro a **Lei n.º 105/2009**, que regulamenta e altera o Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, e procede à primeira alteração da Lei n.º 4/2008. O diploma introduz alterações ao procedimento de verificação da doença do trabalhador pelo empregador.

→ (ref. 06/28)

Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais

Foi publicada a **Lei n.º 98/2009**, de 4 de Setembro, que regulamenta o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, incluindo a reabilitação e reintegração profissionais, nos termos do artigo 284.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro.

→ (ref. 07/28)

Promoção e prevenção da segurança e da saúde no trabalho

Foi publicada a **Lei n.º 102/2009**, de 10 de Setembro, que regulamenta o regime jurídico da promoção e prevenção da segurança e da saúde no trabalho, de acordo com o previsto no artigo 284.º do Código do Trabalho, no que respeita à prevenção.

→ (ref. 08/28)

“Iniciativa Emprego 2010”

Foi aprovado, no passado dia 14 de Janeiro, no Conselho de Ministros, uma Resolução que cria o programa «Iniciativa Emprego 2010» destinada a assegurar a manutenção do emprego, a incentivar a inserção de jovens no mercado de trabalho e a promover a criação de emprego e o combate ao desemprego. Esta iniciativa compõe-se de 17 medidas, sendo que algumas traduzem o retomar de medidas que já vigoram em 2009.

O programa «Iniciativa Emprego 2010» compõe-se de 17 medidas e está estruturada em três eixos:

- Medidas Relativas à Manutenção do emprego
- Medidas Relativas à inserção de jovens no mercado de trabalho;
- Medidas Relativas à criação de emprego e combate ao desemprego.

→ “Iniciativa Emprego 2010” (ref. 09/28)

Assuntos Técnico-Legais

Código de Boas Práticas para as Captações de Águas Minerais Naturais e Águas de Nascente

A APIAM vai elaborar um “Código de Boas Práticas para as Captações de Águas Minerais Naturais e Águas de Nascente”, que tem por objectivo dotar a indústria do sector com um documento que permita:

- Catalogar e clarificar os procedimentos técnicos mais adequados
- Precisar as funções dos Directores Técnicos das explorações.
- Melhorar a gestão dos recursos hidrogeológicos;
- Preservar a qualidade dos recursos na origem;
- Assegurar uma exploração sustentável e originar a defesa e valorização dos recursos.



Proposta de Regulamento de Remoção de Flúor nas Águas Minerais Naturais

Foi votada favoravelmente a proposta de regulamento da Comissão Europeia relativa à remoção do flúor eventualmente presente nas Águas Minerais Naturais.

Os Estados Membros acordaram que a declaração a incluir na rotulagem deverá ser a que consta do documento de Linhas de Orientação da DG SANCO, de Dezembro de 2007, isto é, “água sujeita a técnica autorizada de adsorção”. Prevê-se que a publicação deste regulamento ocorra em Fevereiro / Março de 2010. O diploma entrará em vigor 20 dias após a sua publicação.

→(ref. 10/28)

EFSA Actualiza Recomendações de Segurança Relativas a Seis Corantes Alimentares



O Painel científico relativo aos aditivos (ANS) da EFSA, após analisar todos os elementos disponíveis, baixou a Dose Diária Admissível (DDA) para três dos corantes alimentares referidos no estudo de Southampton (McCann *et al*, 2007). O painel concluiu que os dados actualmente disponíveis para os outros três corantes alimentares avaliados não exigem a mudança das DDA fixadas. Segundo o Painel,

apenas algumas crianças, aquelas que consomem grandes quantidades de alimentos e bebidas contendo destes corantes poderão exceder as DDA para estes corantes.

Entretanto e apesar das várias discussões havidas entre a UNESDA e a DGSANCO e se não houver uma decisão em contrário, a partir de 20 de Julho 2010 (de acordo com o art.º 24 do Regulamento 1333/2008 de 16 de Dezembro) passa a ser obrigatória a indicação na rotulagem

da presença destes corantes, com a seguinte menção:

“O nome ou número E do(s) corante(s): pode causar efeitos negativos na actividade e na atenção das crianças”.

Está a ser preparado pela Comissão, Estados Membros e CIAA, um guia para a classificação dos extractos de alimentos que têm propriedades corantes.

→ Parecer EFSA(ref. 11/28)

Regulamentação Europeia

Regulamento n.º 1170/2009

2009-11-30

que altera a Directiva 2002/46/CE do Parlamento Europeu e do Conselho e o Regulamento (CE) n.º 1925/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho no que se refere às listas de vitaminas, minerais e respectivas formas em que podem ser adicionados aos alimentos, incluindo suplementos alimentares.

→(ref. 12/28)

Regulamento n.º 1169/2009

2009-11-30

que altera o Regulamento (CE) n.º 353/2008 da Comissão que estabe-

lece normas de execução relativas aos pedidos de autorização de alegações de saúde, como previsto no artigo 15.º do Regulamento (CE) n.º 1924/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho.

→(ref. 13/28)

Regulamento n.º 975/2009

2009-10-19

que altera a Directiva 2002/72/CE relativa aos materiais e objectos de matéria plástica destinados a entrar em contacto com os géneros alimentícios.

→(ref. 14/28)

Directiva 2009/104/CE

2009-09-16

relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde para a utilização pelos traba-

lhadores de equipamentos de trabalho no trabalho (segunda directiva especial, na acepção do n.º 1 do artigo 16.º da Directiva 89/391/CEE).

→(ref. 15/28)

Regulamento n.º 790/2009

2009-08-10

que altera, para efeitos da sua adaptação ao progresso técnico e científico, o Regulamento (CE) n.º 1272/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo à classificação, rotulagem e embalagem de substâncias e misturas.

→(ref. 16/28)



III CONGRESSO DA INDÚSTRIA PORTUGUESA AGRO-ALIMENTAR

INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Realizou-se no passado dia 5 de Novembro, em Lisboa, o **III Congresso da Indústria Portuguesa Agro-Alimentar** da FIPA, este ano subordinado ao tema “Inovação e no Desenvolvimento Sustentável”, tendo estado reunidos, no Convento do Beato, empresários e profissionais do sector, parceiros de negócio, bem como centros de investigação e desenvolvimento.

Neste evento, no âmbito do projecto Vitalidade XXI (ver caixa), foram assinados por um conjunto de 26 empresas, os “**Compromissos da indústria alimentar sobre Alimentação, Actividade Física e Saúde**”. Esses compromissos incluem a reformulação nutricional e informação aos consumidores e marketing e publicidade dirigidos a crianças.

De igual modo as **associações sectoriais**, entre as quais a ANIRSF e a APIAM, firmaram **compromissos de acção no sentido da promoção da adesão das suas associadas**

a esta iniciativa.

A subscrição destes compromissos reflecte o elevado empenho que as empresas do sector alimentar e das bebidas têm depositado numa estratégia nacional integrada para a promoção de estilos de vida saudáveis. Estes compromissos abrangem a composição e disponibilidade dos produtos, a informação nutricional dirigida aos consumidores, o marketing e publicidade dirigidos a crianças, a promoção de actividade física e estilos de vida saudáveis e o apoio a parcerias público-privadas.

O Congresso contou ainda, durante a sessão da manhã, para além da participação de um representante da presidência da república, com as intervenções dos residentes da FIPA, da CIP e da CIAA (Confederação das Indústrias Agro-Alimentares da União Europeia). Houve ainda oportunidade para assistir a intervenções de gestores de topo sobre a forma como a indústria agro-alimentar deverá rumar ao futuro, com especial enfoque para a importância da inovação na estratégia das PME e para a forma como a inovação nas empresas estimula o desenvolvimento económico dos países.

Da parte da tarde, foram realizadas sessões paralelas, de carácter mais técnico, que abordaram as três principais áreas do panorama agro-alimentar:

- Segurança alimentar, com ênfase para a inovação e desenvolvimento nos alimentos tradicionais;
- Informação ao Consumidor, versando o que deverá ser o papel integrado da indústria, da educação e da restauração nas escolhas alimentares;
- Inovação e Saúde analisadas na perspectiva de catalisadores para a competitividade na indústria alimentar.



O **Projecto Vitalidade XXI**, concebido e posto em marcha em 2005, teve como principal objectivo a promoção das boas práticas na Indústria Agro-Alimentar. A iniciativa nasceu da vontade da FIPA, enquanto representante do sector alimentar, em contribuir para a prevenção da obesidade no nosso país, em particular a infantil, partilhando uma preocupação que é de toda a sociedade.

Alimentação, Actividade Física e Saúde

Compromissos da Indústria Alimentar



É hoje amplamente reconhecido que o aumento significativo de certas doenças não transmissíveis (tais como as doenças cardiovasculares, a hipertensão e a diabetes) está directamente

relacionado com o aumento de prevalência da obesidade, resultante de uma diversidade de factores entre os quais os maus hábitos alimentares, a reduzida prática de actividade física e as alterações nos estilos de vida das populações.

A Organização Mundial de Saúde já reconheceu que os esforços para orientar as populações para a melhoria da sua alimentação e promoção da saúde requerem uma acção conjunta dos vários parceiros, incluindo o sector privado.

A indústria alimentar e das bebidas tem vindo a assumir seriamente as suas responsabilidades e deu já início a um conjunto de compromissos e acções concretas nes-

se sentido:

- Reformulando os produtos existentes e desenvolvendo inovações que permitam disponibilizar uma crescente diversidade de produtos que propiciem escolhas mais adequadas a cada estilo de vida e dieta;
- Disponibilizando aos consumidores uma informação acrescida e mais clara sobre as características nutricionais dos géneros alimentícios;
- Adoptando medidas voluntárias ao nível do marketing e da publicidade dos géneros alimentícios, particularmente quando dirigidos a crianças;
- Promovendo a actividade física, desporto e estilos de vida saudáveis, incluindo no local de trabalho.

Neste sentido, no âmbito do III Congresso da Indústria Portuguesa Agro-Alimentar da FIPA, foram assinados por um conjunto de 26 empresas e 11 Associações os “Compromissos da indústria alimentar sobre Alimentação, Actividade Física e Saúde”.

Compromissos das Associações

As Associações (ver caixa) subscreveram cinco compromissos de acção no sentido da promoção da adesão das suas associadas a esta iniciativa. Estes compromissos servirão de orientação para os próximos cinco anos e serão apresentados anualmente relatórios dos progressos, publicando-os e disponibilizando-os a todas as partes interessadas (no Portal da Federação das Indústrias Portuguesas Agro-Alimentares).

FIPA • ACHO • ANCIPA • ANIA • ANIL • **ANIRSF** • **APIAM** • APIM • APOGOM • CASA DO AZEITE • IACA

Compromissos das Empresas

Os responsáveis máximos das empresas do sector alimentar e das bebidas (ver caixa), apresentaram o seu empenhado envolvimento numa estratégia nacional integrada para a promoção de estilos de vida saudáveis, subscreveram cinco compromissos de acção que servirão de orientação futura. Os primeiros resultados de monitorização serão apresentados no início de 2011.

Cerealis • Coca-Cola Portugal • Danone Portugal • Ernesto Morgado • Ferraz & Ferreira • Ferrero Ibérica • Gelpeixe • Iglo • Ind. de Carnes Nobre • Kellogg Portugal • Kraft Foods Portugal • Mars Portugal • **Mineraqua Portugal** • Modelo Continente • Nestlé Portugal • **Orangina Schweppes** • Panpor/Neopanpor • **Parmlat Portugal** • PepsiCo Matutano • Pescanova • Queijo Saloio • **Soc. Central de Cervejas e Bebidas** • Sovena Group • **Sumol+Compal** • **Unicer** • **Unilever Jerónimo Martins**

Compromissos da Indústria Alimentar

REFORMULAÇÃO NUTRICIONAL E INFORMAÇÃO AOS CONSUMIDORES

Compromisso 1: Composição e disponibilidade dos produtos

A disponibilização aos consumidores de uma gama diversificada de alimentos com diferentes composições nutricionais, que permita uma escolha consciente e informada, é um factor crítico para a mudança dos comportamentos de consumo. Continuaremos a desenvolver esforços individuais para reformular os nossos produtos e para lançar no mercado novos alimentos que suportem os objectivos de melhoria das dietas e redução da obesidade, tais como reduções de sal (de forma consistente com os requisitos de segurança alimentar), açúcares adicionados, gorduras saturadas e ácidos gordos trans. Continuaremos ainda a desenvolver esforços ao nível do controlo e, sempre que possível e apropriado, da redução das porções. Por outro lado, trabalharemos em colaboração com o Governo e parceiros no desenvolvimento de linhas de orientação e estratégias para apoiar o consumidor na redução progressiva dos excessivos níveis de ingestão dos nutrientes colocados no topo das prioridades para a saúde pública. Estamos ainda conscientes das carências nutricionais existentes em grupos específicos de consumidores, pelo que estaremos atentos às oportunidades de desenvolvimento e disponibilização de produtos que possam satisfazer essas necessidades (incluindo os alimentos funcionais).

Compromisso 2: Informação nutricional dirigida aos consumidores

O fornecimento de informação nutricional aos consumidores constitui o pilar de qualquer política que vise melhorar as dietas menos equilibradas. No mínimo, disponibilizaremos nas embalagens dos nossos produtos informação nutricional por porção para os nutrientes chave nas preocupações da saúde pública. Sempre que a sua inclusão na embalagem não for possível (devido a limitações de espaço ou ao tipo de embalagem) asseguraremos que a informação será disponibilizada por outras vias (websites, panfletos, linhas de apoio, etc.).

Compromisso 3: Marketing e publicidade dirigidos a crianças

Com o objectivo de dar a maior abrangência possível e a devida prioridade a este compromisso, as empresas do sector agro-alimentar acordaram elaborar um documento conjunto entre a FIPA (Federação das Indústrias Portuguesas Agro-Alimentares) e a APAN (Associação Portuguesa de Anunciantes), para o qual se remete.

Compromisso 4: Promoção da actividade física e estilos de vida saudáveis

Onde possível, utilizaremos as comunicações de marketing e/ou colaboraremos com as autoridades públicas e outros parceiros para estimular o aumento da consciencialização dos consumidores para as dietas equilibradas, bem como para ajudar a promover o aumento da actividade física e adopção de estilos de vida mais saudáveis. Incluindo nos locais de trabalho. Todos os anos daremos exemplos da forma como estas campanhas estão a ser implementadas.

Compromisso 5: Parcerias

Estamos conscientes da dimensão dos desafios assumidos e da necessidade de trabalhar em conjunto com o Governo, nomeadamente com o Ministério da Saúde, que tutela a Plataforma Nacional Contra a Obesidade, o Ministério da Educação e a Presidência do Conselho de Ministros, associações profissionais e outros parceiros públicos. Disponibilizaremos o nosso tempo, conhecimento e recursos para apoiar parcerias público-privadas que visem atingir os objectivos nacionais

PUBLICIDADE E MARKETING DIRIGIDOS A CRIANÇAS

A indústria alimentar e das bebidas, através da FIPA e da APAN, tem feito progressos significativos na expansão e reforço do processo de auto-regulação da comunicação comercial. Este processo está concebido de forma a assegurar que os códigos de conduta possam ser monitorizados de forma apropriada.



Adicionalmente, a indústria alimentar e das bebidas reforça os seus compromissos através da adesão ao Código de Conduta do ICAP. Por outro lado, várias empresas estão a participar activamente nos “pledges” voluntários, os quais serão monitorizados e reportados de forma independente, de forma a alterarem o tipo de alimentos e bebidas publicitados às crianças. As subscritoras assumem o Compromisso “EU Pledge”, que pretende alterar a publicidade dirigida a crianças menores de 12 anos através da televisão, publicações e Internet. Assim, assumimos o compromisso de, até ao final de 2010, implementar medidas voluntárias, específicas de cada empresa, ao nível da publicidade de géneros alimentícios dirigidos a crianças.

Novos Corpos Sociais da CIP - triénio 2010-2012



Os Corpos Sociais da CIP para o triénio 2010-2012 foram eleitos em Assembleia Geral realizada a 7 de Janeiro e tomaram posse em 21 de Janeiro, no Museu da Electricidade, em Lisboa.

A ANIRSF, representada pelo Eng.º António Barahona d'Almeida, foi eleita para a Direcção da CIP, triénio 2010-2012.

António Saraiva é o Presidente da Direcção, Francisco van Zeller o Presidente da Mesa da Assembleia Geral e Gonçalo Lobo Xavier preside ao Conselho Fiscal.

Relativamente às grandes **linhas de orientação** para

este mandato, e no que se refere à estrutura associativa empresarial, a CIP entende que há que aperfeiçoar dinâmicas, não abdicando da sua posição de liderança, defendendo a constituição de uma estrutura que agregue todas as Confederações em pé de igualdade, a materializar através da criação de um modelo do tipo Agrupamento Complementar de Empresas, no qual sejam bem acolhidos os interesses específicos de cada Confederação.

A CIP aponta as causas para o mandato: o primado da

economia de mercado, a aposta na indústria transformadora, a defesa das empresas, a dignificação dos empreendedores e empresários, ao mesmo tempo que enuncia, quanto a cada uma delas, as medidas estratégicas essenciais no sentido de as valorizar.

A adopção de uma política alimentar integrada, focalizada na valorização da fileira, e a eliminação do diferencial do IVA entre Portugal e Espanha são também referidas como medidas importantes no domínio da indústria alimentar e de produtos de grande consumo.

A criação de um Provedor da Indústria, para analisar reclamações e sugestões das empresas, constitui uma das medidas propostas pela nova Direcção, orientada para ajudar a CIP a ser mais ampla, objectiva e criteriosa na sua intervenção pública

No plano da contratação colectiva, a CIP entende que urge pôr cobro à proliferação de instrumentos de regulamentação colectiva concomitantemente aplicáveis no mesmo sector de actividade e empresa.

→ Corpos Sociais da CIP e linhas de orientação (ref. 17/28)

FIPA aprova Plano de Actividades 2010-2012



A FIPA aprovou, em Assembleia Geral realizada no passado dia 14 de Dezembro, o Plano de Actividades para 2010 - 2012.

Ao longo dos anos, a FIPA tem vindo a consolidar a sua posição como representante do sector, comunicando e defendendo a visão das suas associadas em relação aos principais temas que afectam a indústria Agro-Alimentar Portuguesa.

A Indústria Portuguesa Agro-Alimentar tem sido confrontada com enormes desafios, nomeadamente ao nível dos seus factores de competitividade e da sua relação com a sociedade e o meio ambiente.

Para o triénio 2010-2012, a FIPA tem como principal objectivo

reforçar o seu papel enquanto parceira activa junto do Governo, dos parceiros institucionais e dos consumidores.

As principais prioridades, já retratadas no Plano de Actividades anterior, espelham uma postura de trabalho construtiva e assentam nos três pilares estratégicos:

> Reforço da confiança dos consumidores e parceiros;

A FIPA quer promover junto dos consumidores, governo e parceiros-chave a confiança nos produtos alimentares, na perspectiva da saúde e do bem-estar, o reconhecimento das iniciativas de responsabilidade social e a consciencialização de que todos os produtos se enquadram num estilo de

vida saudável.

> Reforço da competitividade industrial;

A FIPA quer que os seus parceiros e a sociedade em geral entendam e valorizem o contributo económico e social da indústria portuguesa agro-alimentar e que o mesmo seja tido em conta na elaboração das políticas nacionais.

> Aumento da pró-actividade no sentido do desenvolvimento sustentável.

A FIPA quer que os seus parceiros e a sociedade em geral vejam a indústria portuguesa agro-alimentar como fortemente empenhada na melhoria da sua sustentabilidade económica, ambiental e social.

→ Plano Actividades FIPA (ref. 18/28)

Novos Valores Ponto Verde 2010



Portugal tem como meta até 2011 a reciclagem de, pelo menos, 55% dos resíduos de embalagens.

Para alcançar este objectivo, a Sociedade Ponto Verde (SPV) tem vindo a aumentar regularmente as



quantidades recicladas de resíduos de embalagens, esforço esse que tem de continuar e que se reflectirá num aumento das contrapartidas financeiras a pagar por esta sociedade aos Sistemas

Municipais e Intermunicipais.

Assim e tendo em vista o equilíbrio do Sistema Inte-

grado, os Valores Ponto Verde, em vigor desde 2007 sem quaisquer aumentos, tiveram de ser agravados em resultado do esforço adicional de encaminhamento de resíduos de embalagens para a reciclagem.

Nestes termos, a Sociedade Ponto Verde procedeu à revisão dos VPV para 2010, validados pela Agência Portuguesa do Ambiente, que constam da tabela abaixo, divulgada no início do ano.

VALORES PONTO VERDE PARA 2010

(EUROS POR TONELADA)

ÂMBITO	MATERIAL	Primárias VPV €/ton	Secundárias VPV €/ton	Terciárias VPV €/ton
Embalagens de Produtos de Grande Consumo	VIDRO	18,3	--	--
	PLÁSTICO	228,2	92,3	23,8
	PAPEL E CARTÃO	86,3	35,2	7,0
	ECAL	129,4	--	--
	AÇO	96,0	41,7	24,4
	ALUMÍNIO	164,4	154,4	49,4
	MADEIRA	15,4	14,2	9,1
	OUTROS MATERIAIS	260,0	260,0	260,0
Embalagens de Produtos Industriais e de Matérias-Primas	VIDRO	13,5	--	--
	PLÁSTICO	23,8	23,8	23,8
	PAPEL E CARTÃO	7,0	7,0	7,0
	AÇO	24,4	24,4	24,4
	ALUMÍNIO	49,4	49,4	49,4
	MADEIRA	9,1	9,1	9,1
	OUTROS MATERIAIS	55,0	55,0	55,0
		€/ton		
Sacos de Caixa	PLÁSTICO	228,2		
	PAPEL E CARTÃO	86,3		

NOTA: Não houve revisão dos Valores referentes às embalagens Terciárias e às embalagens de Produtos Industriais, com excepção da categoria de Outros Materiais.



Vendas no Mercado Nacional e Exportação de Águas Engarrafadas

2008-2009

Fonte:



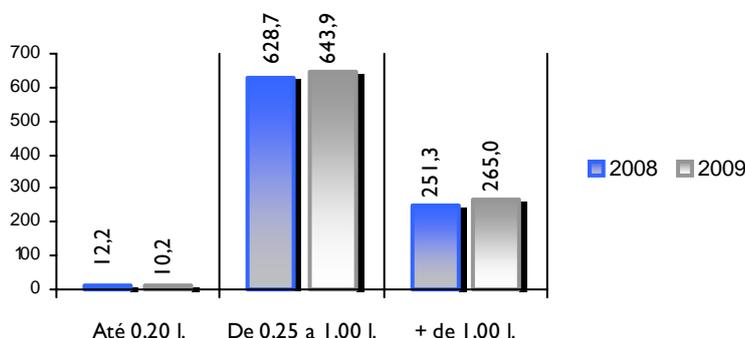
POR TIPO DE ÁGUA - MILHÕES LITROS

	Minerais		Nascente		Minerais	Nascente
	2008	2009	2008	2009	09/08	09/08
					Var. %	Var. %
Sem gás	550,38	535,91	321,10	387,96	-2,6	20,8
Com gás	56,05		55,64		-0,7	
Total	927,53		979,51		5,6	

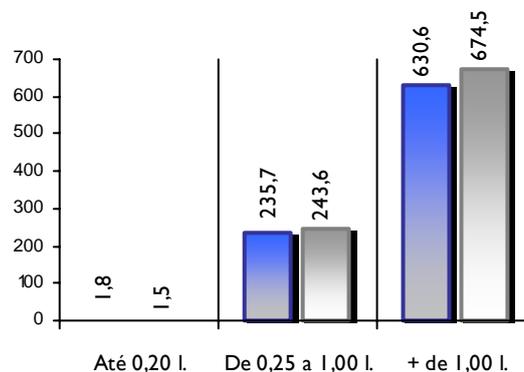


POR CAPACIDADE - MERCADO NACIONAL

MILHÕES DE EMBALAGENS

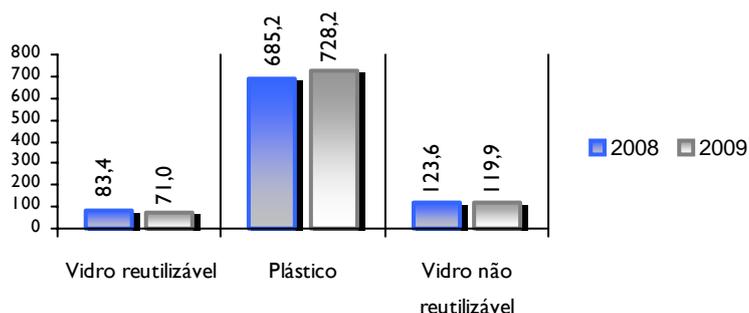


MILHÕES DE LITROS

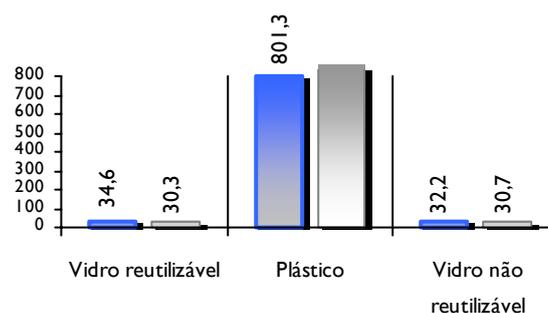


POR TIPO DE EMBALAGEM - MERCADO NACIONAL

MILHÕES DE EMBALAGENS



MILHÕES DE LITROS





Mercado Nacional de Bebidas Refrigerantes 2008-2009

Fonte:

CANADEAN

Milhões de litros	2008	2009	Var. %
Bebidas com gás	236,97	226,40	-4,5
Colas	221,28	211,34	-4,5
Bebidas sem gás	169,00	159,50	-5,6
Bebidas de chá/café gelado	190,90	207,81	8,9
Bebidas energéticas e para desportistas	9,65	9,55	-1,0
Total	827,80	814,60	-1,6



Mercado Nacional Sumos de Frutos e Néctares 2008-2009

Fonte:

CANADEAN

Milhões de litros	2008	2009	Var. %
Total Sumos	27,23	23,22	-14,7
Regulares	27,11	23,13	-14,7
Funcionais	0,12	0,09	-25,0
Total Néctares	84,18	76,84	-8,7
Regulares	74,75	68,72	-8,1
Funcionais e Light	9,43	8,12	-13,9
Total Geral	111,41	100,06	-10,2